

A ANTROPOLOGIA E COMUNICAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DE NOVOS CAMPOS

[ARTIGO]

Luciene Oliveira Dias
Ralyanara Moreira Freire

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A partir das teorias antropológicas e comunicacionais, propomos diálogos e distanciamentos entre Antropologia e Comunicação com o objetivo de fortalecer um campo de conhecimento, em termos epistemológicos e metodológicos. As inquietações surgem de nossas atuações como antropólogas e jornalistas em cursos de graduação e mestrado em Comunicação Social/Jornalismo e os trabalhos são realizados no Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Diferença, da Universidade Federal de Goiás. Considerando a chamada inter-poli-transdisciplinaridade, mas sem negligenciar a etnografia como proposta teórica e metodológica, abordamos cultura na contemporaneidade como elemento constitutivo do campo comunicacional, lido a partir da Antropologia. Metodologias de investigação e interpretação da Comunicação e da cultura, na perspectiva antropológica, também são exploradas neste trabalho com o objetivo de ampliar campos e construir saberes.

Palavras-chaves: Antropologia. Comunicação. Entrecampos. Dialogicidade. Ensino..

With the anthropological and communicative theories we propose dialogues and distances between anthropology and communication. We want to strengthen a knowledge's field in epistemological and methodological terms. These concerns start with our role as anthropologists and journalists. The systematization happens in the Research Group on Communication and Difference, in the Universidade Federal de Goiás. Here we consider interdisciplinarity and ethnography to read the communication culture from anthropology. We would like to extend knowledge's field and present new ways.

Keywords: Anthropology. Social communication. Interdisciplinarity. Dialogicity. Education.

Salimos de las teorías antropológicas y de la comunicación para proponer conversaciones y autorizaciones para fortalecer un nuevo campo de conocimiento, tanto la epistemología como para la metodología. La investigación surgió de nuestro trabajo, mientras que los antropólogos y periodistas. Todo comienza en el Centro de Investigación para la Comunicación y la Diferencia, en la Universidade Federal de Goiás. Buscamos en la interdisciplinarietà y en la etnografía abordar cultura como un elemento constitutivo del campo de la comunicación. Queremos ampliar el campo de conocimiento de la metodología de la investigación, la epistemología y la cultura.

Palabras clave: Antropología. Comunicación. Interdisciplinarietà. Dialogicidad. Educación.

INTRODUÇÃO

O Adotando como passo inicial para esta proposta os recortes realizados em pesquisas nos campos antropológico e comunicacional, sinaliza-se significativa ampliação dos estudos da cultura, entendida aqui como o saber/fazer cotidiano destes entrecortes e ainda como essencialmente semiótica e passível de interpretação, como nos assegura Geertz (1989). São novos caminhos que desafiam os cânones teóricos e disciplinares que sustentam as Ciências Humanas e Sociais, sendo que nesta proposta ampla e aberta passam a se mover também produções a partir de novas abordagens epistemológicas e metodológicas. Registra-se, a partir de então, nos exercícios de reelaboração dos campos de conhecimento, um processo de revisões e rearranjos disciplinares, mas mantendo-se especialmente na Antropologia o que Carvalho (2001) categoriza como “olhar etnográfico”. Considerando que estas novas abordagens chegam ao campo dos fazeres e saberes – inclusive os acadêmicos e científicos – compreendemos que também a Antropologia e a Comunicação não estão fora do campo da cultura. A proposta deste ensaio é encontrar pontes que sustentem novos caminhos entre Antropologia, a partir principalmente das teorias e metodologias, e Comunicação, considerando-se a centralidade atual de seu objeto, no sentido de construir campos fortes e afirmados.

Na contemporaneidade, tem espaço considerável o que é chamado de sociedade da comunicação. Aqui, toda a imagem de passividade construída

com o advento da televisão enquanto representação máxima da mediatização cede lugar para uma espécie de febre de atividade e interatividade construída e mantida pelas novas tecnologias da comunicação. Esse processo por muitos chamado de global provoca transformações no imaginário do consumo e agora a capacidade de se comunicar está diretamente ligada ao bem-estar. Ficamos, então, reféns de uma busca desenfreada pela capacidade de codificação, decodificação e atribuição de valores em escala mundial/global e, muitas vezes, abandonamos nossos referenciais locais, paroquiais. A dificuldade de se propor uma teoria crítica que não seja pega por armadilhas hegemônicas (Santos, 2009) chega até nossos empenhos reflexivos e de pesquisa porque agora nos vemos diante da necessidade, muitas vezes, de ter que apresentar nossas comunicações, inclusive acadêmicas, de uma forma também global e única, para alcançar um sem-número de pessoas diversas. Enfim, a pergunta a se fazer é como manter as especificidades, a localidade, a paroquialidade e, ao mesmo tempo, garantir a profundidade conceitual e o diálogo mundial.

Se para a Antropologia contemporânea o olhar etnográfico resulta do processo de descentramento da cultura ocidental uma vez que a etnografia no sentido clássico requer deslocamento geográfico, cultural e ideológico, exatamente a partir deste deslocamento da cultura hegemônica é que passamos a ter a separação definitiva entre os dois sujeitos constitutivos da disciplina antropológica. Não mais podemos fazer a simples oposição etnógrafo-civilizado versus nativo-primitivo. Na mesma

direção reflexiva, não é mais possível falar-se sem constrangimentos diversos em observadores e observados. Mudam-se os campos, mas ainda é fundamental questionar até que ponto a perspectiva do descentramento na busca de um “outro” subalternizado e exótico continua dominando nossos estudos, nossas pesquisas. O questionamento faz sentido quando percebemos o quão corrente ainda é a necessidade de se estranhar o familiar e tornar familiar exótico para a realização da etnografia. Este ensinamento clássico é passado no processo de formação como técnica eficaz de captura do objeto de pesquisa, chegando mesmo a marcar um ponto zero para o empenho etnográfico.

Em outra ponta da proposta deste ensaio, e seguindo as mesmas trilhas já iniciadas pela Antropologia, também o campo da Comunicação vem realizando mapeamentos que querem marcar a disciplina como um campo autorreflexivo. De acordo com Cláudia Lago (2003), estudar o Jornalismo, e no sentido mais stricto a Comunicação, a partir de dentro pode conduzir um processo de conquista de credibilidade teórica e conceitual para este campo. Acrescentamos, neste ponto, que esta construção autorreflexiva pode também desmistificar a adesão automática entre comunicação e mídia, o que resulta em complexificação de ambas. Ao propor um mapeamento utilizando-se dos métodos e percursos da Antropologia, a autora traz à luz da discussão encontros importantes e sistematiza que enquanto a Antropologia pode contribuir com métodos e teorias, a Comunicação tem um objeto que é sempre acionado pela Antropologia nos estudos das sociedades complexas. Destacamos aqui que este objeto é necessariamente a mídia, que se constitui em uma centralidade globalizante.

Se há pouquíssimo tempo a comunicação midiática era facilmente interpretada como possibilidade de (in) formação – dado ao próprio viés educativo que marcou a produção jornalística no início do século XX – a comunicação social na atualidade e da perspectiva da recepção pouco se vincula a transmissão de serviço. Quando acionada, esta comunicação alimenta expectativas de criar usos que agilizem e deem visibilidade às tarefas individuais e às relações sociais. Isso é facilmente percebido a partir da contratação de assessorias de comunicação para projetar individualidades, a exemplo de políticos, artistas e empresas. Parece contraditório que no campo das análises, estudos e pesquisas em comunicação a interatividade seja a palavra de ordem, mas este é tema para outro ensaio.

Na contramão da centralidade das mídias no processo comunicacional, a perspectiva que trazemos para o debate é a da Comunicação enquanto dialogicidade capaz de garantir “solidariedade, horizontalidade e confiança entre os seres humanos” (Dias, 2014: 339). Entendemos que técnica e tecnologia são importantíssimas para uma abordagem comunicacional e antropológica, mas adotamos a compreensão de que o ato de tomar a palavra para transformar as relações é a base para bloquear o silêncio enquanto condição de subalternidade. Fazemos coro com Spivak (2010) quando esta afirma a impossibilidade da fala subalterna e ainda avança ao propor que a busca cotidiana, uma vez rompido o silêncio, é pelo fim da subalternidade. Para esta tomada da palavra “é preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue” (Freire, 2005: 91). Diante do exposto, é pertinente afirmar que a dialogicidade e a humanização são as guias que conduzem a presente abordagem. ■

2. GUIAS

Seguindo, então, as guias da dialogicidade e da humanização, e sustentadas pela perspectiva de construção de uma nova pedagogia, compreendemos que os campos da Comunicação e da Antropologia devem estar constituídos enquanto sinalizadores da circularidade do pensar-fazer comunicacional. Buscar respostas para o que seja este pensar-fazer comunicacional nos impulsiona até o campo das epistemologias, extrapolando a aplicação do conhecimento e caminhando no sentido de pensar o próprio pensamento. Nesta busca, faz-se necessário “compreender que regras, que princípios regem o pensamento que nos faz organizar o real, isto é, selecionar/privilegiar certos dados, eliminar/subalternizar outros” (Morin, 1986: 111), numa atitude de humanização do próprio pensar-fazer. Tal afirmativa nos assegura o lugar do recorte e das escolhas conscientes, mas jamais limitantes ou esgotadoras das possibilidades no processo de produção do conhecimento em campos disciplinares ou não.

O anseio com este exercício é a trazer à superfície da discussão os conhecimentos práticos/técnicos, as teorias e as epistemologias com o propósito de oxigenar os campos e ampliar os horizontes. Para tal, partimos de indagações gerais sobre o que sejam epistemologias e teorias; sobre a relação entre Comunicação enquanto Ciência Social Aplicada e uma ciência da Comunicação e sobre o que vem a ser uma ciência da Comunicação. Neste terreno instável, ainda que já orientado para os debates do chamado campo comunicacional,

não há construções conclusivas no sentido de fortalecer e consolidar a própria área de conhecimento. Reforçamos que nossa busca é por caminhar pela autorreflexão no sentido proposto por Morin (1986) de pensar o fazer, mas também pensar o próprio pensamento.

Muito embora a Antropologia se apresente como um campo mais consolidado nos estudos aprofundados sobre a humanidade e na sistematização do conhecimento sobre sociedades e grupos humanos, a mesma encontra-se ainda enclausurada em seu campo disciplinar e, a priori, indisposta a aberturas colaborativas para o fortalecimento de entrecampos e/ou entrelugares, esta observação fica latente nos editais que conduzem os processos seletivos dos mestrados e doutorados. Vale ressaltar que tal clausura não é generalizada e especialmente na Antropologia praticada no Brasil, já são perceptíveis aberturas dialógicas, especialmente a partir dos estudos sobre etnicidades e antropologia urbana. Isso equivale afirmar que, embora

“...nos estudos sobre os grupos humanos e a diversidade cultural, a multiplicidade disciplinar foi o combustível para a consolidação da própria Antropologia...”

reconheçamos a força e a relevância dos relatos de viajantes, comerciantes e missionários sobre hábitos dos nativos das novas terras descobertas, ainda no século XVIII, o desenvolvimento dos estudos antropológicos é hoje marcado por novas investidas.

Mantendo a coerência com reações adversas ao que é novo, ainda registramos alguns “estranhamentos” a estas novas produções em Antropologia. Mas não podemos abandonar o fato de que nos estudos sobre os grupos humanos e a diversidade cultural, a multiplicidade disciplinar foi o combustível para a consolidação da própria Antropologia, quando esta ainda marcava bem suas dimensões biológica, social e cultural. Foi a partir desta multiplicidade disciplinar que passamos a conviver com divisões como Antropologia Física ou Biológica, que priorizava os aspectos genéticos e biológicos; Antropologia Social, que se dedicava ao comportamento humano em sociedade, bem como com organização social e política, relações sociais e instituições sociais; e ainda Antropologia Cultural, mais focada nas culturas no tempo e no espaço, envolvendo costumes, mitos, valores, crenças, rituais, religião, língua.

Quando Laraia (2006) se empenha de forma tão intensa em sistematizar um histórico do desenvolvimento do conceito de cultura, traçando uma reta que parte dos iluministas e chega até os autores modernos, e na sequência mostra com muita propriedade a influência da cultura no comportamento social, ele está na verdade comprovando a centralidade da cultura para a Antropologia. Ao lidar com a cultura tanto como sistema adaptativo quanto como sistema cognitivo, estrutural e simbólico, o antropólogo brasileiro

oferece para o campo da Comunicação uma possibilidade de se pensar em cultura midiática, cultura comunicacional e/ou cultura jornalística. Se concordarmos ainda com Laraia (2006), para quem delimitar o conceito de cultura é propor o conhecimento da própria natureza humana, a Comunicação chega ao campo da natureza e esta dicotomização não nos interessa aqui. Localizada e disciplinar, a Comunicação que vislumbramos neste ensaio é um campo que quer – essa hipótese está sendo construída aqui – se abrir sem abandonar suas especificidades.

Também no campo da Comunicação, embora de maneira não tão sistematizada, registramos uma multiplicidade disciplinar constitutiva. Contudo, é fundamental dizer que na Comunicação este registro é muito mais recente e sua sistematização está sustentada nos estudos midiáticos e das novas tecnologias da Comunicação e da informação. Dessa forma, se hoje é corrente a busca pela chamada inter-poli-transdisciplinaridade, o movimento mais corrente na Comunicação parece ser o da necessidade de afirmação e consolidação do campo disciplinar. Este movimento causa uma instabilidade enorme uma vez que na prática cotidiana das pesquisas em Comunicação é quase impossível não lançar mão de teorias, epistemologias e metodologias de outros campos. Especialmente a Antropologia, muito em função da formação cambiante de quem lida com estas pesquisas, tem contribuído para novas construções.

No Brasil, o campo da Comunicação é recente, sendo que somente na década de 1970 – com a expansão da mídia impressa, do rádio, da televisão, das agências de publicidade e das relações públicas – surgem os primeiros cursos de graduação, totalmente focados no preparo de profissionais a serem ofertados para as grandes empresas de comunicação de massa. Com o surgimento das escolas e a criação de um ambiente de elaborações sobre o

fazer, é também a partir deste momento que começam a vir à luz os primeiros estudos de Comunicação no Brasil, em uma dinâmica interdisciplinar, avesso à definição de campo institucional, o que relativiza sua própria autonomia. Assim é que suas incursões teóricas se amparam, historicamente, em outras áreas de saber, abrindo temas, unidades teóricas e marcos reflexivos que afunilem o debate quando falamos em epistemologias da Comunicação.

Uma proposta que trazemos para se chegar a esta discussão dos conhecimentos práticos, das teorias e das epistemologias, considerando-se este caráter transitivo, é pautar a reflexão a partir do que pode ser chamado de perspectiva da diferença. Nossa hipótese é de que esta perspectiva mantém uma ética de inclusão, lida com a ciência sem ignorar a sensibilidade e a estética, além de pensar sempre de forma propositiva, elaborando novos conhecimentos sim, mas para a vida. O próprio Paulo Freire (2005) nos assegura acerca da existência das epistemologias emergidas e orientadas para a práxis, o que extrapola a obtenção do poder pelo poder. Se a Comunicação, e em seu sentido mais stricto que é o diálogo, é a expressão do que chamamos de representação, texto, linguagem, conhecimento enfim, é fundamental investir na compreensão desta em tarefa orientada para uma vida pela diferença. É dessa forma que fazer a junção destes pontos do pensar-fazer comunicacional torna-se tarefa urgente e necessária.

Ao propor um movimento autorreflexivo sobre a Comunicação estendemos nossas mãos ao que defende bell hooks (2013) quando argumenta que as proposições teóricas somente emergem de reflexões profundas sobre vividos. Uma atitude transgressora uma vez que a teorização é aqui concebida

como uma prática social. De acordo com seus ensinamentos, é muito comum, especialmente na academia, a teoria ser instrumentalizada para que se consolidem hierarquias, ou até mesmo linhagens, de pensamento que negligenciam as trocas cotidianas. Ao propor nos ensinar a transgredir algumas fronteiras, e bell hooks (2013) as delimita como raciais, sexuais e de classe, ela estabelece “a educação como prática da liberdade” e sela definitivamente sua aproximação com a pedagogia freireana, mas falando do lugar das epistemologias.

Nesta abordagem da diferença, alinhamo-nos ainda com Carneiro da Cunha (2009) que nos ajuda a pensar a situação como uma forma de organização política, o que nos conduz à percepção de cultura como algo dinâmico, constantemente reelaborado, semiótico e público, uma vez que seu significado é público, conforme nos ensina Geertz (1989). A diferença, étnica neste caso, torna-se uma importante forma de manifestação política. Lançamos mão então da nossa capacidade de estabelecer princípios de igualdade e diferença como estratégia política que nos habilita a formular ideias mais complexas e organizá-las dentro de diferentes sistemas classificatórios, inclusive na Antropologia e na Comunicação como campos que se interceptam. Este é um dos sentidos em que o pessoal se torna política e deve, por isso, ser expresso, conhecido, falado.

Ainda para complexificar as discussões sobre a diferença enquanto categoria de análise e perspectiva de vida, concordamos que “temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 1999: 44). Daí que a busca pela diferença tende a ser pendular entre os

processos de estabilização e subversão, ou seja, a afirmação das identidades e da diferença é sempre necessária e estratégica, mas deve partir do local de fala da pessoa/grupo pronunciante. A partir deste movimento acreditamos ser possível fortalecer, e muitas vezes tornar perceptíveis, agência e política dos processos invisibilizados, inferiorizados ou descaracterizados ao longo da trajetória histórica. Tais reflexões ajudam-nos a reorientar campos e novos saberes.

Pensando diferença e diversidade, “parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a existência da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a crítica política da identidade e da diferença” (Silva, 2000: 73). Então, a aposta na construção de uma pedagogia que celebre a identidade e a diferença pode localizar-nos pelo que somos e não pelo que não somos e, conseqüentemente, caminhar para a construção de identidades afirmadas, propositivas. O respeito às diferenças é condição sem a qual é impossível construir dinâmicas diversas, o que equivale a afirmar neste ensaio que Antropologia e Comunicação se tocam, se interceptam, mantêm suas especificidades e caminham na mesma direção que caminham as pessoas que fazem Antropologia e Comunicação. Ambas se modificam e crescem juntas, mas sem que sejam descaracterizadas ou inferiorizadas.

Em sua análise sobre o que chama de “dilemas antropológicos”, Cláudia Lago avalia que a Antropologia é mais “palpável” e que seu resultado é marcado preferencialmente pela etnografia, que é traduzida por ela como “um registro

“...Antropologia e Comunicação se tocam, se interceptam, mantêm suas especificidades e caminham na mesma direção que caminham as pessoas que fazem Antropologia e Comunicação”

descritivo da vida e das organizações sociais de nossos outros” (Lago, 2003: 27). Para confirmar sua hipótese de intersecções entre Antropologia e Comunicação, a autora aponta duas direções possíveis, sendo a primeira o procedimento em que a Antropologia “captura” o objeto constituído pela Comunicação quando vai estudar as sociedades complexas, e uma segunda direção marcada pelo momento em que a Comunicação “captura” os métodos tradicionais da Antropologia para realizar suas pesquisas. Com movimento mútuo de capturas e instrumentalizações iniciais, estes campos disciplinares se tocam e esta aproximação torna possível a condução afetada de ambos. Sair modificada de um contato é dar vida à dialogicidade e garantir o processo de humanização.

Há convergência de pensamento quando afirmamos que a Comunicação, mesmo configurando-se como um campo em construção, já conquistou a centralidade do seu objeto. Sendo assim, definimos aqui o objeto da Comunicação em sintonia com

Lago (2003) quando esta afirma que os processos sociais que envolvam a Comunicação relacionada aos estudos de mídia e os processos culturais que envolvam a produção e a recepção dos estudos de mídia constituem o objeto da pesquisa em Comunicação. Um objeto extremamente abrangente uma vez que todos os processos sociais passam necessariamente pela Comunicação, embora tenhamos aqui a crítica de que ainda aderido a compreensões instrumentalizadas e diretamente relacionadas a produto midiático e mídia. Garantir a centralidade deste objeto é admitir caminhos diversos na forma de construção de saberes e considerar possibilidades de junções diante das sistematizações necessárias para a construção dos campos destes saberes.

Esta multiplicidade toda nos remete ao conceito de polifonia que, em linguística, é exatamente a presença de outros textos dentro de um texto que conduz à adesão a um contexto referenciado e vivido. Há uma intertextualidade nas ações e pesquisas desenvolvidas disciplinarmente por Antropologia e Comunicação, sendo que esta intertextualidade deve ser mantida quando as mesmas se tocam uma vez que aqui também se encontra o respeito à diferença. Considerando que elaboramos e reelaboramos os fazeres e os pensares disciplinares como forma de fortalecer a própria disciplina, quando avançamos neste processo provocando aproximações estratégicas com outros campos estamos contribuindo para a consolidação de perspectivas ainda disciplinares, mas agora o caminho se torna mais complexo, entrecortado e em profundo diálogo com tudo o que o cerca. A polifonia aqui faz sentido porque atua para a constituição de um

todo cadente, musical, lógico, complexo e múltiplo.

Exatamente neste campo amplo, aberto, difuso passam a se mover as pesquisas que buscam manter o diálogo entre Comunicação e Antropologia. Mudam-se e ampliam-se os campos, mas mantém-se o olhar etnográfico que, para a Antropologia contemporânea defendida aqui, resulta do descentramento da cultura ocidental. Se para a Antropologia chamada clássica, a etnografia requer um deslocamento geográfico, cultural e ideológico, esta não parece ser a opção mais buscada na contemporaneidade. E isso aproxima a Antropologia do objeto centralizado da Comunicação. Dessa forma, ampliam-se substancialmente os estudos antropológicos sobre processos e produções midiáticas.

A partir do aprofundamento dos estudos antropológicos, chegamos até a Antropologia urbana e as pessoas que fazem as pesquisas muitas vezes são parte do grupo estudado. Contudo, a perspectiva do descentramento continua, uma vez que metodologicamente ainda é necessário estranhar o familiar e tornar familiar o exótico para a etnografia. Carvalho (2001) propõe um avanço quando, em diálogo com Clifford (2002), faz uma viagem pelas metamorfoses por que passou a etnografia ao estudar etnomusicologia – que em uma leitura apressada está muito mais próximo das pesquisas em Comunicação – e contribui para uma atualização teórica da própria Antropologia. A etnografia passa a ser então possível a partir da “experiência” e, enquanto tal, somente pode ser vivida. A experiência etnográfica não carrega o risco de ser tachada de “Antropologia do umbigo”, como já se ouviu no Brasil para se fazer críticas às etnografias de dentro.

Já a Comunicação, lida neste ponto da discussão a partir dos veículos institucionalizados de comunicação social ou mídias, tem tradicionalmente construído uma forma de organizar não somente o que chamamos de acontecimentos, mas, sobretudo, os sentidos destes acontecimentos, o que nos coloca em um lugar teórico de estranhamentos sistemáticos, objetivamente distante dos vividos. Dessa forma, questionamos a obviedade e transparência dos sentidos dos relatos midiáticos, uma vez que compreendemos os sentidos como múltiplos porque “todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominação de um deles” (Orlandi, 2001: 144). Assim, é possível afirmar que os sentidos não circulam livremente uma vez que estão sujeitos às representações das relações de poder – e são os poderes institucionalizados que têm dominado os sentidos da Comunicação social de nossos tempos – mesmo que, corriqueiramente, os meios de comunicação busquem fortalecer o imaginário de que são o registro da realidade e resultado de um trabalho objetivo de narração dos fatos. Relembramos aqui o caráter profundamente semiótico da cultura, essa teia de significados suspensa por

“Conhecer a Comunicação que produzimos pode nos aproximar de ação-reflexão rumo à cidadania.”

quem a tece, e trabalhamos a Comunicação enquanto cultura comunicacional.

Ainda hoje nas escolas de Comunicação brasileiras aceitamos sem muitos questionamentos clichês como “aconteceu, virou notícia”, que pode muito bem ser reformulado em algo do tipo “se virou notícia é porque aconteceu”, limitando o nosso universo de compreensão sobre a própria existência a partir do que acessamos pelo jornalismo ou pela publicidade. Assim é que consumidores de produtos midiáticos tendem a considerar mais importantes os temas veiculados, ou seja, os meios de comunicação agendam nossas conversas, constroem nossas referências e intimidam questionamentos contrários ao que está exposto. Embora reconheçamos o poder de grupos organizados e indivíduos também pautarem o que está veiculado na chamada grande mídia, faz-se necessário um trabalho de vigilância – especialmente por parte dos profissionais da Comunicação – para que esta não se mantenha a serviço dos grupos hegemônicos na sociedade corrente. Conhecer a Comunicação que produzimos pode nos aproximar de ação-reflexão rumo à cidadania.

Para uma breve discussão sobre cidadania, destacamos que, para Suárez e Bandeira (2001), esta é negada à pessoa negra, a título de exemplo, quando signos constitutivos da violência são veiculados midiaticamente pelos estereótipos. Provocar a estigmatização da negritude, pela vinculação jornalística da imagem da pessoa negra ao sangue, à morte e à violência, faz da mídia agente de restrição de cidadania. “A mídia jornalística vem expressando as marcas de cor, de classe e de gênero das vítimas da violência policial e mediando a percepção da moral social e da justiça predominante” (Suárez y Bandera, 2001: 137). Fica evidente aqui é que o racismo que direciona as ações do aparelho policial do estado. De acordo com Guimarães (1999), a cidadania é compreendida, de um lado, por direitos ignorados, expropriados

e ainda limitados por uma ampla vitimização; mas há também outro lado em que a cidadania pode ser definida pela plenitude da garantia dos direitos formais e da proteção do aparelho policial do estado.

Desde o processo de formação de profissionais da Comunicação nas escolas de ensino superior até, e conseqüentemente, a leitura cotidiana que fazemos das mais diferentes mídias que nos são disponibilizadas, é que embora o discurso midiático nos apareça sempre revestido por uma aura de objetividade, bem o sabemos que ele nunca é neutro. Este discurso está sustentado por fortes disputas de poder, saber e dizer que constroem zonas de domínio que enrijecem o status quo e, conseqüentemente, mantêm os locais de falas e de privilégios. Basta um estudo rápido sobre as mídias que acessamos para constatar que a objetividade do texto midiático é falsa, mesmo com as investidas marcadas pelo uso da terceira pessoa e outras estratégias e técnicas de construção da narrativa. Reforçamos que o uso da terceira pessoa ainda é repassado aos aprendizes deste campo do conhecimento como técnica eficaz para se alcançar a objetividade. São usos estratégicos de palavras que, desde que publicadas em jornais, revistas e outras mídias, constroem o imaginário de credibilidade que ainda impera sobre os veículos de comunicação.

Foge-se, pelo modelo mantido pela comunicação de massa, da dialogicidade e se esta é a essência da educação como prática para a liberdade, a não existência da dialogicidade na grande maioria dos processos midiáticos os distancia do processo comunicacional integral, capaz de humanizar e educar para a vida, sem negar domínios técnicos e tecnológicos. Daí a concreta aproximação entre educação e

Comunicação na busca pela integridade da vida. Aliás, também a educação deve caminhar, de acordo com a perspectiva freireana, no sentido de emancipar para a tomada da palavra. A relação ainda identificável atualmente e que percebe aprendizes como tábulas rasas onde devem ser depositados os conhecimentos não pode ser tratada como educação sob o risco de deixar de transgredir um sistema que nivela por baixo e cria uma cidadania de segunda categoria ou até mesmo a ausência completa de cidadania.

Exatamente a humanização é a busca sugerida por Medina (2002) nas chamadas entrevistas de “compreensão”, que priorizam o “perfil humanizado” em suas construções. Em contraponto desta orientação para a humanização, existem as entrevistas de espetacularização, que podem ser identificadas segundo o “perfil pitoresco”, que propõe uma caricatura da pessoa entrevistada; o “perfil do inusitado”, de onde se extrai sempre o exótico, o excêntrico; o “perfil da condenação”, em que a pessoa entrevistada é reduzida de forma maniqueísta entre o bem e o mal; e ainda o “perfil da ironia intelectualizada”, que condena a fonte a priori extraindo da mesma uma forma de condenação. Uma leitura rápida das mídias no Brasil, nos mostra que ainda estamos distantes do alcance do perfil humanizado, mas já há sinalizações possíveis, majoritariamente fora dos meios de comunicação de massa.

Comunicar pela diferença e não pela massificação ou homogeneização é o grande desafio uma vez que não nos é possível afirmar o “ser” se não em permanente diálogo com o “não ser” que nos corresponde, num processo constante de construção de alteridades. A manipulação hegemônica deste processo é o que conduz os veículos de comunicação

“O desafio é ressignificar esta cultura midiática em cultura comunicacional.”

de massa, por exemplo, a exibirem com muita frequência no Brasil pessoas negras como forma de retratar a pobreza, a miséria, a delinquência, o analfabetismo, a ignorância, a indignidade humana. Com esta ação “antidialógica” constrói-se um “não ser” que em absolutamente nada contribui para modificar o ser e reorientar ações para o respeito à diferença. Se não há modificação mútua e constante, não há interação humana, não se constrói o processo comunicacional efetivamente.

Este movimento de reorientação marca o contexto de todas as pessoas envolvidas no processo de interlocução, resgatando a figura do que chamávamos, até pouco tempo, de receptor. O que passamos a ter são sujeitos em interação e coparticipantes ativos dos/nos processos comunicacionais. Com esta perspectiva, e ocupando o lugar de fala nas atualizações e construções de novos saberes torna-se essencial sistematizar o pensar-fazer comunicacional e ainda provocar reflexões sobre a pedagogia desta ação. Na mesma proporção em que os meios contribuem para a construção de seres hegemônicos, podem ser apreendidos como viabilizadores de construção da diferença enquanto elemento constitutivo de identidades afirmadas. Os meios de comunicação social, se reorientados, também podem contribuir para o alcance de uma vida mais digna e cidadã. Aí entra o caráter vinculado à educação enquanto prática de liberdade pois, na medida em que é tratada como fenômeno humano, a dialogicidade se revela como o ato libertário de tomar a palavra. “Mas, ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar,

também, seus elementos constitutivos” (Freire, 2005: 89). E não há dúvida de que buscar os elementos que nos constituem significa nos reaproximar de nós mesmos sem ignorar nossos outros.

Se a relação é horizontal, de trocas, em solidariedade, as transformações positivas e afirmativas do mundo vêm na sequência, o mundo volta-se modificado. Nesta constante mudança, alteram-se denominações e palavras em toda a sociedade que alcança a chamada cibercultura ou vida digital, em uma onda de homogeneização pela sensação de acesso à informação. Palavra por palavra, vamos nos incorporando ao processo de construção da cultura midiática. O desafio é ressignificar esta cultura midiática em cultura comunicacional. Isso porque mais que nomenclaturas e conceitos, interessam-nos os processos e os contextos. Por esta cultura comunicacional, pessoas têm suas vidas afetadas por um conjunto de tecnologias definidoras de sentidos, mas estas mesmas pessoas não precisam abrir mão de suas especificidades e diferenças na construção de novos sentidos. Temos, então, que compreender as significações destas mudanças – de novo a semiótica conduzindo a reflexão – antes da ação concreta de construir o respeito à diferença pela intersecção entre Antropologia e Comunicação.

Para que a dialogicidade se estabeleça é necessário tomar a palavra como um ato educativo e, conseqüentemente, um ato político capaz de gerar o compromisso social tão necessário para a transformação e a libertação. Tal processo é possível a partir da consciência crítica que, por sua vez, impede que o processo educativo seja neutro, pois se o for passa a ser pura repetição, distancia-se da ação reflexiva, do fazer-pensar e da práxis. Dessa forma, não há educação neutra, da mesma forma que não há e nem pode haver Comunicação neutra, antidialógica e não dialética. O pensar-fazer comunicacional, seja na prática mercadológica, nas interações cotidianas ou no processo de aprendizagem da própria Comunicação social, requer uma aprendizagem conjunta, trocas e corresponsabilidades. Aqui vale reafirmar que a tomada da palavra pode conduzir à libertação. Sendo esta premissa também válida para a Comunicação, que deve apostar na consciência crítica. ■

CONDIDERAÇÕES FINAIS

Se o pontapé inicial da ação dialógica de fato tem início no universo temático protagonizado por Freire (2005) e na busca dos conteúdos pragmáticos que compõem os fazeres humanos, cabe às pessoas imbuídas no processo de aprendizagem questionamentos constantes acerca de qual seja este universo temático nos processos comunicacionais. A partir de estudos implementados por Mattelart (1999), a defesa deste universo se explicita pela reavaliação da abordagem excessivamente cronológica de uma história das teorias da Comunicação e o investimento perceptível está focado na circularidade das problemáticas de pesquisa. Neste sentido, percebemos uma aproximação entre este universo e o próprio universo do vivido, numa junção buscada entre o pensar-fazer que pode, definitivamente, conduzir à ação-reflexão. Pensando especialmente nos campos da Antropologia e da Comunicação, mais que ação-reflexão nossa proposta aqui converge para uma verdadeira transgressão, capaz de reorientar o sentido massificador e globalizante de ambos para chegarmos aos campos do vivido e do contextualizado.

No caso específico dos processos comunicacionais propomos um deslocamento, conforme sugerido por Martín-Barbero (1997), do foco de atenção. O deslocamento proposto, em termos técnicos, partiria dos estudos da Comunicação, como se esta existisse para além dos seres em interação, em direção ao universo das mediações socioculturais. Ousamos fazer a defesa de que a partida deve estar localizada na noção de produtos midiáticos, mídias e interação subordinada à mediação das novas tecnologias e a chegada se ampara na dialogicidade e na humanização. Ao referendarmos a ideia

de que “frequentemente é nas regiões fronteiriças que as coisas acontecem” (Hannerz, 1997: 8), não há como ignorar a força destas mediações para se pensar epistemologias comunicacionais. Mas convém perguntarmos, o tempo todo, quais são as bordas destes limites, destas fronteiras. Uma boa analogia para pensar fronteiras, e que aproxima Antropologia e Comunicação, é a que nos foi oferecida por Barth (1969), que propõe o debate sobre o pluralismo cultural a partir da etnicidade. Para ele, afirmar o pertencimento tanto pode significar estar dentro como quer dizer estar fora de um grupo étnico, sendo os limites sempre nitidamente demarcados. Assim é que diante da afirmação do “ser”, está implicitamente colocada uma série de “não ser”, o que conduz à instituição da diferença, inclusive quando falamos de campos disciplinares e propomos diálogos.

Uma das contribuições para os desafios de tais entrecampos é a sinalização encontrada nos apontamentos de Maria Immacolata Vassalo Lopes (2000), quando esta diz que a Comunicação estabelece suas especificidades no momento em que a regra é a fragmentação e a interface das diversas perspectivas. A pesquisadora diz que há aí um paradoxo que marca a necessidade de se discutir a interdisciplinaridade como caminho emancipatório. Nesta perspectiva um novo campo se abre, agora sem receio de que suas brechas signifiquem abertura para a fragmentação. Não mais contabilizaremos, neste novo campo, parte por parte para se constituir um todo, mas realizaremos todas as interconexões e buscaremos alianças no processo de leitura das diferenças.

Caminho positivo é também o apontado por Canevacci (2004) que, fundamentando-se em James Clifford, chega à experiência etnográfica como uma meta-observação, que invade todos os lados da pesquisa. Nesta ausência de separação entre observadores e observados, a proposta é fazer da pesquisa etnográfica uma experiência etnográfica. Estamos assim, ainda seguindo as pistas deixadas por Canevacci (2004), diante de um momento muito especial, de passagem, em que o modelo velho já está ultrapassado e o modelo novo ainda não se delineou. O que não significa que não possamos ousar transgredir campos, entrecampos e fronteiras para construir uma educação libertadora. ■

[LUCIENE OLIVEIRA DIAS]

Professora Adjunta da Faculdade de Informação e Comunicação, da Universidade Federal de Goiás. Membro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG. Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília. Coordenadora de Ações Afirmativas da UFG e coordenadora de Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Diferença da UFG.

[RALYANARA MOREIRA FREIRE]

Professora do curso de Jornalismo das Faculdades Alfa. Membro do Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Diferença da Universidade Federal de Goiás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries*. London: George Allen and Unwin, 1969.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil: Mito, História e Etnicidade*. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.

CARVALHO, José Jorge de. O Olhar Etnográfico e a Voz Subalterna. *Horizontes Antropológicos*, 17(15): 107-147, 2001.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

DIAS, Luciene de Oliveira. Desatando nós e construindo laços: dialogicidade, comunicação e educação. In. SOUZA, Rose Mara Vidal; MARQUES DE MELO, José; MORAIS, Osvando (orgs.). *Teorias da Comunicação: Correntes de Pensamento e Metodologias de Ensino*. São Paulo: Intercom, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras--chave da antropologia transnacional. *Mana*, 3 (1): 7-39, 1997.

HOOBS, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LAGO, Cláudia. Reflexões sobre Antropologia e Comunicação: o ethos romântico do jornalismo e enquanto um estudo de caso. In. TRAVANCAS, Isabel; FARIAS, Patrícia (orgs.). *Antropologia e Comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MATTELART, Armand e Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista: o diálogo possível*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MORIN, Edgar. Para sair do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ORLANDI, Eni. P. A Linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES. Coimbra-Portugal, n.135, jan. 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009. [Vol. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência].

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e Diferença. Petrópolis: Vozes, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. Ordem pública, discriminação e repressão. In: OLIVEIRA, D.; SANTOS, S.; SILVA, V. (Orgs). Violência policial: tolerância zero?. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

VASSALO LOPES, Maria Immacolata. O campo da Comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. Santiago: Trabalho apresentado ao Congresso da Alaic, 2000, xerogr.